

Educação Patrimonial na formação de professores: um debate sobre a temática no Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

RESUMO

Amanda Ferreira Gomide

amanda.ferreira86@yahoo.com

orcid.org/0000-0001-7426-1156

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Thiago Riccioppo

thiagoriccioppo@gmail.com

orcid.org/0000-0002-7209-8233

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Cláudia Regina Bovo

claudia.bovo@uftm.edu.br

orcid.org/0000-0002-4201-713X

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Este artigo tem como propósito dialogar sobre a Educação Patrimonial e a formação de professores do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). O intuito foi analisar a Matriz curricular e o Projeto Político Pedagógico do Curso, e se realmente existem diálogos efetivos que se aproximem da educação patrimonial, cultura local, bens culturais e história regional, além de identificar se a educação patrimonial é usada como fonte de conhecimento e fortalecimento de bens materiais e imateriais. O método utilizado neste estudo foi a pesquisa documental. Para tanto, trouxemos uma abordagem analítica das disciplinas ofertadas no curso de História da (UFTM), ou seja, quais seriam as disciplinas que mais se aproximam da temática em questão. Tivemos uma visão panorâmica de que a maioria das disciplinas que tratam sobre Educação Patrimonial, História Regional, Patrimônio e Cultura Local são basicamente disciplinas optativas, que pouco ou quase nunca são ofertadas pelo curso. Contudo, o debate da educação patrimonial nos parece ainda incipiente, principalmente, sobre pesquisas relacionadas à historiografia local do Triângulo Mineiro, visto que há carência de pesquisas que discutam o tema. Diante disso, prezamos pela urgência de formar professores historiadores que tenham senso crítico sobre a história regional e identidade cultural e que passem a levar a Educação Patrimonial para a Educação Básica.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial. Curso de História. Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

A Educação Patrimonial ainda é um tema pouco presente no meio escolar e universitário. No entanto, nas últimas décadas, vem crescendo sua inserção nos currículos da educação básica, especialmente nos chamados temas transversais, nos quais são sugeridos estudos que contemplem a realidade local e regional em que os estudantes estão inseridos.

Em virtude dessas variáveis transversais, as ações da Educação Patrimonial podem incorporar o envolvimento com a cultura no âmbito social e político, tanto para os alunos, quanto para os professores. Tendo em face esses pressupostos, aluno e professor se veem diante das possibilidades de conhecer o espaço que representa sua ancestralidade, além de estimular reflexões sobre a importância das paisagens de espaços de convivências históricas e sociais. Este artigo busca problematizar um diálogo educacional, de modo que percebamos a representatividade cultural de bens patrimoniais na formação e valorização das identidades.

De acordo com Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO: Reimaginar Nossos Futuros Juntos: Um novo Contrato Social para Educação (2022), os currículos escolares devem se focar na aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar, que venham a nortear os estudantes como protagonistas na produção do conhecimento. É eminente a necessidade do cidadão na participação permanente em questões que envolvam o futuro da humanidade, tendo em vista uma compreensão ecológica que busque reequilibrar as ações coletivas, mediante a maneira pela qual nos relacionamos com a Terra, nosso único lar.

Se os direitos humanos devem guiar o novo contrato social para a educação, o senso de identidade dos estudantes – cultural, espiritual, social e linguístico – deve ser reconhecido e afirmado, especialmente entre as minorias indígenas, religiosas, culturais e de gênero, assim como as populações sistemicamente marginalizadas. O reconhecimento apropriado das identidades no currículo, na pedagogia e nas abordagens institucionais pode ter um impacto direto na retenção dos estudantes, na saúde mental, autoestima e no bem-estar da comunidade (UNESCO, 2022, p.25).

Pensando por esta perspectiva, é importante elencar temáticas nos currículos dos cursos de graduação e de formação de professores, sobre as identidades com enfoques na cultura intangível e tangível, relacionando-as com as minorias, os gêneros, a religiosidade, a diversidade étnica e linguística. É necessário refletir sobre as matrizes curriculares que tenham como finalidades reforçar o compromisso com o futuro em parâmetros pedagógicos de inclusão social. Em especial, que vislumbrem valorizar as manifestações de grupos marginalizados, ressaltando, dessa maneira, as raízes que fundamentam sua existência e resistindo às intensas transformações do mundo globalizado.

Para Neves (2011), uma das metodologias referenciais sobre Educação Patrimonial nos leva aos idos de 1980, através da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta. Naquele contexto, observa-se o afloramento de um amplo debate acerca desta temática em vários lugares do País. Nesse sentido, podemos destacar a realização do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, realizado no Museu Imperial de Petrópolis – RJ, em 1983. Cunhou-se nesse evento

a expressão “Educação Patrimonial”, uma metodologia baseada no modelo da *‘heritage education’*, desenvolvida na Inglaterra” (Florêncio *et al.*, 2014, p.13).

Ao longo dos anos, um documento sobre essa metodologia fartamente utilizado foi o Guia Básico de Educação Patrimonial, publicado em 1996, que teve como propósito incentivar o conhecimento sobre o patrimônio histórico e cultural brasileiro. De autoria de Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, esse guia tornou-se um material de apoio para ações educativas promovidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante muitos anos. O conteúdo desse material foi fruto da sistematização de diversas práticas e capacitações itinerantes realizadas pelas autoras durante as décadas de 1980 e 1990 (Florêncio *et al.*, 2014).

Segundo Horta *et al.* (1990), a Educação Patrimonial abarca um processo permanente e sistematizador no trabalho educativo, principalmente pelo viés da fonte primária, que é a pedra angular em que se fundamenta o que vem a se definir como o conjunto do Patrimônio Cultural. A partir de tais experiências e manifestações culturais, a Educação Patrimonial ganha tónus valorativo como método de aprendizagem tanto para crianças quanto para adultos.

A partir do Decreto 3551/2000, institui-se o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Com efeito, essa legislação foi um marco importante para a definição de políticas de preservação e valorização do Patrimônio Nacional e lançou novos desafios à educação patrimonial ao focar olhares que evidenciaram “[...] práticas culturais de grupos esquecidos pela História, formas de trabalhos ignoradas, cultos religiosos desvalorizados, saberes que, em seu conjunto, ampliam o entendimento do que se convencionou denominar patrimônio brasileiro” (Gil; Possamai, 2014, p.18).

Desse modo, “passou-se a considerar a educação patrimonial em abordagens sobre saberes, celebrações, lugares e formas de expressão, à busca de discutir a identidade nacional atrelada ao universo da cultura popular e imaterial” (Gil; Possamai, 2014, p.18). É necessário ressaltar que a Educação Patrimonial não se constitui como disciplina obrigatória no currículo da educação básica, portanto fica a critério de cada escola ou instituição sua inserção nas matrizes curriculares. Porém, seus conteúdos têm sido abordados em disciplinas como Artes, História, Geografia, Ciências, dentre outras. Outro ponto de inserção da Educação Patrimonial na escola tem sido por meio de projetos interdisciplinares ou como tema transversal sobre Pluralidade Cultural. Em outras palavras, o conteúdo de Pluralidade Cultural¹ é uma temática que abarca o conhecimento da valorização de diferentes grupos sociais que vivem no Brasil, seja pelo domínio econômico, social ou cultural. Não obstante, a educação possibilita levar os alunos a conhecer diversas faces das identidades brasileiras frente a sua complexidade e multiculturalidade.

Portanto, a nossa problemática, neste momento, se debruça sobre os seguintes questionamentos: as matrizes curriculares sobre a formação de professores do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) tratam da Educação Patrimonial, História Local e Regional em seu Projeto Político e Pedagógico? Possuem diálogos efetivos em discussões que aproximem as relações entre os bens culturais, a cultura local e a história regional do Triângulo Mineiro no curso de História da UFTM? A Educação Patrimonial é utilizada como fonte de conhecimento e fortalecimento da preservação, tanto de bens culturais materiais, quanto na valorização de bens

imateriais no curso de História da UFTM? Por meio deste artigo, pretende-se responder a tais indagações.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar a matriz curricular do curso de História, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, e se ele aborda em suas diretrizes a temática Educação Patrimonial, História Local e Regional em seu Projeto Político e Pedagógico. Santos (2007, p.156) discute a importância desse debate:

Toda a diversidade que compõe o campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural, principalmente história, antropologia, sociologia e o saber produzido pelas relações sociais, pode contemplar o patrimônio e a escola. Com caráter pedagógico, a educação patrimonial pode ser incorporada à sala de aula como tema relativo à Pluralidade Cultural, baseando na vivência social de cada local - em contexto mais específico - ou de cada região, em um contexto mais amplo. Para isso basta que o patrimônio cultural faça parte do cotidiano dos alunos.

Para Camila Santos (2007), trabalhar os ideais de Patrimônio Cultural no currículo escolar é uma maneira eficaz de se propiciar, na prática, reflexões sobre o cotidiano, a importância da preservação, o respeito à pluralidade cultural e aos valores que compõem a identidade nacional, revelados em bens de natureza imaterial e material. Tais prerrogativas sob o universo patrimonial são fundamentais para o exercício da cidadania e para a valorização do sentimento de pertencimento dos indivíduos às comunidades.

Através desse paralelo entre patrimônio cultural e cidadania, a autora propõe que pessoas sejam inspiradas nas questões das relações entre a comunidade e o patrimônio, uma vez que são sensibilizadas em seu âmago à valorização das noções de identidade, reconhecimento, proteção e respeito. Essas relações dos grupos sociais com seus patrimônios também estabelecem exercícios práticos a respeito do conceito de cidadania, no reconhecimento do repertório de direitos e deveres.

Diante disso, temos mais dois objetivos específicos delineados neste artigo. O primeiro é analisar se existem diálogos efetivos na matriz curricular do curso de História da UFTM que aproximem as relações entre os bens culturais, a cultura local e a história regional do Triângulo Mineiro. Gomide (2022, p.37) discute algumas nuances sobre a BNCC na educação básica, vejamos:

Assim, a análise da BNCC permite afirmar que tal documento se baseia no fato de que existe uma percepção ligada à Educação Patrimonial, à valorização, ao conhecimento cultural, a conhecer o monumento, à preservação e ao conhecimento sobre diversidade e memória. Contudo, a temática da Educação Patrimonial em si não é contemplada.

Segundo Gomide (2022), mediante as discussões e interfaces apresentadas, percebe-se que há maneiras de se utilizar o patrimônio como fonte de conhecimento. Contudo, não há especificamente a valorização efetiva da Educação Patrimonial dentro de espaços escolares como foco oriundo de conhecimento. Em linhas gerais, será necessária uma discussão mais ampla sobre a importância da Educação Patrimonial como medida basilar no mundo escolar e universitário, entendendo a necessidade da formação de professores e da

abrangência de currículos de cursos superiores que possam melhor discutir este assunto.

Partindo para o nosso segundo objetivo específico, o intuito é analisar se a Educação Patrimonial é utilizada como fonte de conhecimento e fortalecimento da preservação, tanto de bens culturais materiais, quanto na valorização de bens imateriais, no curso de História da UFTM. Contudo, ao observar as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, a educação patrimonial se apresenta em temáticas como a diversidade cultural, a história local, a memória, o território e a preservação ambiental. De acordo com Andrade (2017), seria plausível desenvolver propostas curriculares que possam integrar as diferentes áreas de estudos, como história, geografia, artes e ciências, articuladas ao viés do patrimônio cultural. Essas áreas de conhecimentos podem ser tratadas interdisciplinarmente, unificando conceitos e conteúdos e dialogando entre si, proporcionando aos educandos a capacidade de integrar saberes no seu dia a dia.

Existem várias alternativas possíveis de serem trabalhadas na valorização e conservação de bens históricos e culturais, tanto para bens tangíveis, como intangíveis. É necessário aos professores estabelecerem, junto aos estudantes, pautas que possam direcionar ações educativas em espaços formais ou não formais dispostos no ambiente cotidiano e rural. Dessa forma, torna-se indispensável destacar interpretações sobre a história local, as pluralidades de manifestações culturais, grupos étnicos e de gêneros, integradas às identidades das comunidades a que pertencem.

A educação permite que as pessoas usem e acrescentem conhecimentos ao patrimônio intelectual da humanidade. Como um ato coletivo de criação conjunta, a educação afirma a dignidade e a capacidade de indivíduos e comunidades, constrói propósitos compartilhados, desenvolve capacidades de ação coletiva e fortalece nossa humanidade comum. Portanto, é essencial que as instituições de ensino incluam uma diversidade de estudantes, na maior extensão possível, para que eles possam aprender uns com os outros, para além das diferenças (UNESCO, 2022, p.11).

Existem interconexões nas constituições de projetos através de ações em Educação Patrimonial que são capazes de motivar reflexões e práticas ativas para os estudantes na produção do conhecimento. Pode haver, nesse sentido, mediações de encontros concretos de educadores e educandos com o mundo material e com as expressões da cultura imaterial, interiorizados em diferentes fontes. Podemos citar, por exemplo, documentos históricos, depoimentos que valorizem as memórias e os saberes, interpretações sobre edificações, monumentos, obras artísticas e seus aspectos estilísticos e históricos; paisagens, museus, logradouros públicos, hábitos, costumes, os modos de fazer, criar e manifestar a cultura.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

De acordo com Choay (2001), o interesse intelectual e artístico pela discussão sobre o tema patrimonial, nasce e expande a partir do pensamento humanista, entre os séculos XIV e XVI, remetendo a Antiguidade Clássica, restrito à elite daquele momento. A Educação Patrimonial começou a ser discutida no Brasil um pouco antes do debate de políticas públicas relacionadas à questão educacional curricular. Segundo Schawacz (2012), a discussão foi iniciada no Reinado de D.

Pedro II, por volta de 1850, quando o intuito era criar ideais de patrimônio nacional, mas pensando na especificidade de honraria entre o europeu branco e os indígenas.

No entanto, as políticas ligadas à proteção patrimonial passavam por oscilações, por conta de algumas diretrizes que não eram totalmente concretas, mas a iniciativa advinha das esferas do poderio imperial da época. A discussão sobre preservação começou a se tornar realidade por conta de algumas trocas de cartas constitucionais em 1930, a troca de ideais ocorreu entre políticos, estudiosos e intelectuais, mas o interesse era construir uma identidade nacionalista para o Brasil. Funari e Pelegrini (2009) destacam que a proteção dos patrimônios brasileiros foi decisiva por volta de 1937, com a efetivação do Decreto-lei n. 25/1937, sendo o principal documento jurídico usado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), instituído pelo ministro Gustavo Capanema, que também foi responsável pela Educação e Saúde Pública da época.

O SPHAN foi criado a partir de algumas iniciativas de estudiosos e agências regionais, que se relacionavam também com os participantes da Semana de Arte Moderna de 1922. Um nome que se destaca é o de Mario de Andrade, que foi convidado para participar do anteprojeto do SPHAN em defesa dos patrimônios artísticos do país. O Centro Nacional de Referência Cultural (CRNC) também participou do processo de desenvolvimento da pauta patrimonial, no intuito de disseminar informações sobre a identidade brasileira.

Segundo Biondo (2014), o CNRC foi um pontapé para viabilizar os patrimônios culturais, e, nessa consolidação, foi criado o Decreto nº 6.844, que acabou se vinculando à Coordenação de Educação Patrimonial (CEDUC) e também ao Departamento de Articulação e Fomento (DAF), essa visão foi implementada para projetos na área de Educação Patrimonial por meio da Política Nacional do Patrimônio Cultural.

Tratando-se de debates vinculados à Educação Patrimonial, temos Maria de Lourdes Parreira Horta (1980), a museóloga que criou o Guia Básico da Educação Patrimonial, que foi publicado pelo Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). A autora também publicou outras obras ligada à temática, contudo, Horta teve em vista trazer a abordagem de nuances sobre a compreensão de espaços socioculturais, multiculturais e da pluralidade cultural nos espaços educacionais e curriculares do Brasil. Entretanto, a Educação Patrimonial ainda não é firmada, enfrentando desafios no contexto da educação básica, currículos de referências e também nos currículos universitários de formação docente. Dito isso, este artigo se mostra relevante tanto para o processo de formação docente, quanto para a reflexão na educação básica, no sentido de analisar saberes de bens patrimoniais regionais no contexto educacional e universitário, trazendo habilidades de preservação, memória e conhecimento da própria identidade cultural e regional.

ANÁLISE DOCUMENTAL DO CURRÍCULO DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

A metodologia utilizada neste artigo parte da perspectiva de análise documental. A utilização da pesquisa documental tem sido usada em muitos estudos acadêmicos ao longo dos anos. Segundo Poupart (2012), definir o documento é algo desafiador, no sentido de que cada documento constitui suas principais histórias e ferramentas, ademais todas as ciências sociais que dele fazem uso emprestam suas tentativas de conceituação. Cellard (2012) também fala sobre

a pesquisa documental e suas características. O autor diz que a análise documental, para o pesquisador que deseja utilizá-la, deve constituir como um *corpus* satisfatório e esgotar todas as pistas que serão capazes de lhe dar informações necessárias. Portanto, será feita uma análise na Matriz curricular do curso de História, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, no Projeto Político Pedagógico, além de verificar também se a Educação Patrimonial e a historiografia do Triângulo Mineiro são abordadas no curso.

PROJETO PEDAGÓGICO E MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO

Para abrir o debate deste tópico, trazemos uma indagação proposta por Rossi (2017). “De que forma os princípios da Educação Patrimonial podem ajudar no ensino da História e da Educação?” (Rossi, 2017, p.114). Há um farto campo sobre o qual a Educação Patrimonial pode avançar e que está alinhado ao ensino de História. Nessa disciplina, é possível associar saberes relacionados à história local, bem como ao senso de identidade e de coletividade. No entanto, torna-se iminente a necessidade de alargar essas discussões desde a formação docente nos cursos de licenciatura em História e a prática do dia a dia no ensino.

Em se tratando da educação escolar brasileira, muitas vezes é dada uma maior valorização às disciplinas técnicas, o que se pode observar na maioria dos planos curriculares e nos projetos pedagógicos da maioria dos cursos de formação de professores. Percebe-se que são muito presentes as práticas pedagógicas que ampliem a compreensão do universo mais amplos de conhecimento, que tenha como foco principal o indivíduo, que ensine a partir de seis saberes e de memórias individuais e coletivas. Esse descuido priva os estudantes de licenciaturas, como sujeitos sociais, de viverem passado-presente que está carregado de lições de significados a serem resignificados e aprendidos (Rossi, 2017, p.115-116).

Para Rossi (2017), a importância da Educação Patrimonial está no fato de favorecer uma determinada leitura do passado, uma releitura do presente e um redirecionamento do futuro, ou seja, criar representações sobre os acontecimentos, culturas, lugares e até mesmo obras que influenciaram o desenrolar da própria história. Outro ponto destacado pela autora é que a Educação Patrimonial favorece a produção de conhecimento ativo. Esse processo respalda também a possibilidade de identificação do estudante com as suas heranças culturais, parte fundamental das identidades de cada um.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), no ano de 2018, buscou a reformulação de sua matriz curricular. Nesse projeto, encontramos algumas disciplinas eletivas que trazem em seu bojo a discussão sobre Patrimônio Cultural e suas vertentes com o ensino de História. A disciplina “História e Patrimônio”, de 60 horas, logo na sua ementa, aborda:

Estudo dos diversos significados de patrimônio e a especificidade do patrimônio histórico-cultural. Abordagem do patrimônio material e imaterial e da legislação patrimonial. Compreensão da relação do patrimônio histórico-cultural e a construção das identidades. Discussão acerca da importância da educação patrimonial como

prática educativa em diversos espaços com vistas à preservação e valorização da produção cultural de uma comunidade (UFTM, 2018, p.87).

Percebe-se, nessa referência, o esforço da proposta de analisar conceitos fundamentais sobre patrimônio, história e memória, relacionando-os também às trajetórias de políticas públicas sobre essa temática. A proposta também direciona olhares especiais sobre a Educação Patrimonial e a necessidade de desenvolvimento do senso de valorização de patrimônios materiais e imateriais.

Ainda sobre a temática de patrimônio e memória, o curso de História traz a interessante disciplina eletiva de 60 horas dentro da matriz curricular do curso com o componente: “Patrimônio e Memória”. Dentro de sua ementa, existem conceitos relevantes sobre patrimônio cultural e patrimônio natural, relacionando-os com considerações sobre a memória, as identidades e suas práticas dentro da formação do historiador, na concepção de usufruir de espaços não formais como lugares privilegiados de educação, como museus, centros de documentos e na educação patrimonial. A saber:

Conceitos de patrimônio cultural e patrimônio natural, sua relação com os conceitos de memória, de identidade e suas práticas na formação do historiador, na concepção de espaços museais, de centros de documentação e na educação patrimonial (UFTM, 2018, p.62).

É importante reforçar que entre as disciplinas obrigatórias do curso de História, a história da região do Triângulo Mineiro é analisada de forma secundária dentro da formação de 60 horas intitulada “História de Minas Gerais”. O que, ao nosso olhar, é absolutamente válido, ao passo que existem múltiplas formas de estudar as vastas histórias e interpretações da formação das Minas. Parafraseando Guimarães Rosa, “Minas são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais”.

Quanto à ementa da disciplina História de Minas Gerais, esta diz:

Processo de formação de Minas Gerais e sua articulação com a metrópole portuguesa. A experiência urbana e o florescimento cultural de Minas Gerais nos séculos XVIII-XIX. A expansão e a ocupação das regiões das Minas e das Gerais. Aspectos expressivos da história regional com privilégio das representações históricas do Triângulo Mineiro. Ênfase na atual configuração sociopolítica e cultural da região do Triângulo Mineiro (UFTM, 2018, p.03).

Nessa disciplina, é potente o esforço de se fazer uma reflexão geral sobre uma historiografia mineira, dando amplo destaque ao florescimento cultural e urbano e para alguns aspectos regionais e representações históricas, sociopolíticas e culturais da formação da região do Triângulo Mineiro. Apesar de levantar algumas discussões sobre a história do antigo Sertão da Farinha Podre, até a anexação desta região a Minas Gerais, no contexto dos séculos XVIII e XIX, ou seja, da Colônia ao Império. A disciplina, de certa forma, possibilita a abertura de um debate sobre uma história local, aspecto fundamental no conteúdo de história para reforçar a compreensão sobre as identidades locais. Contudo, como veremos à frente, uma disciplina específica sobre essa temática é oferecida no curso de História apenas como disciplina eletiva, o que joga para segundo plano a necessidade de se fazer

validar o estatuto de uma historiografia local como necessidade a ser amplamente debatida no âmbito da formação universitária.

Destacamos, também, outra disciplina eletiva de 60 horas, intitulada de “História Local e Regional”, que propõe conteúdos com abordagens muito mais sobre teorias e conceitos que fundamentam termos como “região”, “regionalismo”, “história” e “fontes históricas”, além de conceitos de micro-história e suas imbricações com a história nacional. A ênfase sobre a temática de uma historiografia local e regional e o ensino dessas práticas fica apenas como tópicos complementares à disciplina. Resta, ainda, enfatizar novamente que essas duas disciplinas que enfocam o regional e o local, por serem eletivas, são sazonais. Apenas eventualmente elas são oferecidas na formação universitária. Dessa forma, nossa crítica centra-se em questionar o porquê não oferecer uma disciplina obrigatória sobre história local e regional, tema tão necessário para discutir o território e até estimular pesquisas futuras pelos próprios discentes. Vejamos o que diz a ementa da disciplina:

Região, regionalismo e identidades regionais. A história local e regional e sua relação com a história nacional e global. Fontes de pesquisa para a produção historiográfica local e regional. Historiografia local e regional. O ensino de história local e regional (UFTM, 2018, p.62)

De maneira geral, o único autor da bibliografia básica dessa disciplina sobre o tema regionalismo e história local é a obra *O Triângulo Mineiro, do Império à República*, de Luiz Augusto Bustamante (2010), grande referência sobre o tema.

Enfim, este é o objetivo deste artigo, problematizar sobre a urgência de se travar, como prioridade, um maior debate sobre programas educativos e pesquisas que enfoquem ainda mais a formação docente e acadêmica sobre as temáticas de Patrimônio Cultural e história local, em especial na Universidade Federal do Triângulo Mineiro e na educação básica da região triangulina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o Projeto Pedagógico e a Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), podemos enxergar parâmetros de ensino sobre Educação Patrimonial no ensino superior. Apesar de permanecer como uma discussão que nos parece ainda incipiente, entendemos a necessidade do reconhecimento de alguns patrimônios históricos e culturais importantes, de ações que vislumbrem, dentro da formação discente, a valorização, a preservação, o enfoque nas culturas locais, as quais são portadoras de inúmeros discursos, saberes e histórias.

Também se observa que a Educação Patrimonial pouco ou quase nenhum espaço tem ocupado no âmbito da educação básica, apesar de inserida em alguns currículos por meio de temas transversais ou eventualmente para itinerários formativos do ensino médio.

É possível constatar, ainda, a ocorrência de pouquíssimas pesquisas que se inserem nas discussões sobre Educação Patrimonial ou até mesmo de uma historiografia sobre o Triângulo Mineiro, visto que há uma carência de textos que discutam tal temática. Tais aspectos mostram com clareza a urgência de pesquisas que aprofundem essas análises e reflexões no ensino de História. Além disso, ao pensar no papel do professor de educação básica, é necessário que o mesmo possa

ter acesso a esses conhecimentos e que tenha condições de frequentar cursos de formação que explorem essas questões. É premente a necessidade dos educadores se conscientizarem e explorarem os inúmeros lugares de educação não formais possíveis no território, além de políticas públicas eficientes que possam estimular essas práticas.

Mas não podemos perder de vista que a Educação Patrimonial é um mecanismo capaz de sensibilizar e mobilizar grupos e indivíduos no intuito de abordar historicidade e identidade, fomentando também o reconhecimento e a aceitação das diversidades culturais, utilizando-se de aprendizagem e conhecimento sobre processos historiográficos locais e regionais.

Heritage Education in teacher training: a debate on the subject in the History Undergraduate Licentiate Program at the Federal University of Triângulo Mineiro

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss Heritage Education and teacher training in the History Undergraduate Licentiate Program at the Federal University of Triângulo Mineiro (UFTM). This text aims to analyze the curricular matrix and the Political-Pedagogical Project of the course: examining whether there really are effective dialogues in the approach of heritage education, local culture, cultural assets and regional history, and identifying whether heritage education is used as a source of knowledge to strengthen material and immaterial assets. The method used in this study was documentary research. For this purpose, an analytical approach to the subjects offered in the History Undergraduate Licentiate Program at UFTM was taken to establish which subjects are closest to the topic in discussion. The study resulted in a panoramic view that most of the subjects dealing with Heritage Education, Regional History, Heritage and Local Culture, are basically optional subjects, which are rarely or almost never offered by the course. However, the debate on Heritage Education still seems to be incipient, especially on research related to the local historiography of the Triângulo Mineiro since there is a lack of studies discussing the subject. Thus, it is urgent the need to train historian teachers to have a critical sense of regional history and cultural identity, and who take heritage education into basic education.

KEYWORDS: Heritage education. History Degree. Teacher training.

NOTAS

1 A discussão sobre a pluralidade cultural, em certa medida, converge com o conceito de Patrimônio Cultural, pois dá substrato para a construção da cidadania cultural; esta, por sua vez, se inscreve no direito à memória histórica. “O direito à memória como direito de cidadania indica que todos devem ter acesso aos bens materiais e imateriais que representam o seu passado, a sua tradição, enfim sua história” (Sberni Junior; Martino; Saraiva, 2004, p.483).

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos a professora Martha Maria Pratas Linhares, do Programa de Pós-Graduação PPGE (UFTM), pela sugestão de transformar o artigo de conclusão da disciplina de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na Educação: formação de professores em um artigo para publicação em revista acadêmica. Agradecemos também a professora Cláudia Regina Bovo por integrar como coautora no aperfeiçoamento do texto.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Larizza Bergui; LAMAS, Nadja de Carvalho. Educação Patrimonial no ensino Formal: uma reflexão a partir das pinturas de Luiz Si nas escolas municipais de Joinville. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS*, 26, Campinas, 25-29 set. 2017. **Anais Eletrônico [...]** Disponível em: http://anpap.org.br/anais/2017/PDF/EAV/26encontroANDRADE_Larizza_BerguiLAMAS_Nadja_de_Carvalho.pdf. Acesso em: 5 fev. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, SP: Unesp, 2001.

FLORÊNCIO, Sonia Rapim; CLEOT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. [S. l.]: IPHAN, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim; BIONDO, Fernanda Gabriela. Inventários participativos como instrumentos de educação patrimonial e participação social. *In: AMARAL, Lilian; ROCHA, Cleomar (Orgs.). Patrimônios possíveis arte, rede e narrativas da memória em contexto iberoamericanos*. Goiânia, GO: UFG, 2014. p. 50-58. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimoniospossiveis/05_sonia_rampim.html. Acesso em: 3 out. 2023.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu; PELEGRINNI, Sandra Cassia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2009.

GOMIDE, Amanda Ferreira. **Do Berço do Triângulo Mineiro à musicalidade enraizada: o Desemboque e as tradições preservadas nos séculos XX e XXI**. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018.

GOMIDE, Amanda Ferreira. **Educação patrimonial na educação básica: uma proposta de material didático sobre o Desemboque no Triângulo Mineiro**. 98f. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Uberaba- MG, 2022.

GIL, Carmen Zeli de; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação Patrimonial: Percursos, Concepções e Apropriações. **Revista Mouseion**, Canoas, n. 19, p.13-26, dez. 2014. Disponível em:
www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129086/000974540.pdf?sequence=1. Acesso em: 25 maio 2022.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em:
http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso em: 02 jan. 2021.

MINAS GERAIS. **Currículo Referência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/curriculos_estados/documento_curricular_mg.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

NEVES, Alessandra Cristina Passos. **Educação Patrimonial na Escola de Ensino Fundamental Joaquim Caetano - Jaguarão/ RS** - Projeto Lições do Rio Grande. Jaguarão, RS: UNIPAMPA, 2011. Disponível em:
http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/pedagogia/files/2011/08/TCC_ALESANDRA.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

ROSSI, Claudia Maria Soares. Educação Patrimonial e História da Educação: contribuição para a formação de professores. **Horizontes**, v. 35, n. 1, p. 113-120, jan./abr. 2017. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/316729573_Educacao_Patrimonial_e_Historia_da_Educacao_contribuicoes_para_a_formacao_de_professores. Acesso em: 09 fev. 2021.

SANTOS, Camila Henrique. Educação patrimonial: uma ação institucional e educação. In: PATRIMÔNIO: práticas e reflexões. Rio de Janeiro, RJ: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Coordenação Geral de Pesquisa, Documentação e Referência, 2007. p. 147172. Disponível em: <https://goo.gl/6Mfzy2>. Acesso em: 7 maio 2023.

SBERNI JÚNIOR, Cleber; MARTINO, Vânia de Fátima; SARAIVA, Flávio Henrique Simão. **Conhecer para pertencer: o patrimônio cultural para uma maior percepção da história para 2º série do primeiro ciclo**. Franca, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2004. Disponível em:
<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/eixo9/conhecerparapertencer.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nacionalidade e patrimônio: o Segundo Reinado brasileiro e o seu modelo tropical exótico. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2012. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf>. Acesso: 05 jun. 2024.

UBERABA. **Matrizes Curriculares para a Rede Municipal de Ensino de Uberaba – MG: Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano ciências humanas (geografia, história e ensino religioso. Ensino Fundamental/6º ao 9º ano/ Linguagens (Língua Portuguesa- Inglês- Literatura- Artes- Educação Física)**. Uberaba, MG: PMU, 2014. Disponível em:
<http://www.uberaba.mg.gov.br:8080/portal/acervo/educacao/Formacao%20Profissional/Matrizes/MATRIZES%20CIENCIAS%20HUMANAS.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

UBERABA. Secretaria Municipal de Educação e cultura. Conselho municipal de Educação. **Plano Decenal Municipal de educação**: 2015-2024. Uberaba, MG: [S. n.], 2015. Disponível em:

http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/educacao/imagens/PDME/PMDE%202015-2024%20-%20VERSAO%20FINAL_29_05_15.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

UBERABA. Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de apoio à Educação Básica. Departamento de Arte, Cultura e Projetos Especiais. Seção de Bibliotecas Escolares. **Educação patrimonial na escola**: conhecer para pertencer. Uberaba, MG: Secretaria Municipal de Educação, 2018. p. 46. Disponível em:

<https://mail.google.com/mail/u/1/#inbox?projector=1>. Acesso em: 21 maio 2023.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Relatório da comissão internacional sobre os futuros da educação. Brasília, DF: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115/PDF/381115por.pdf.multi>. Acesso em: 27 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM). **Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em História**. Uberaba, MG: UFTM, 2024. Disponível em:

<https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=330&publicacao=1522>. Acesso em: 15 abr. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História**. Uberaba, MG: UFTM, 2024. Disponível em:

<https://sistemas.uftm.edu.br/integrado/sistemas/pub/publicacao.html?secao=330&publicacao=1522>. Acesso em: 22. abr. 2024.

Recebido: 30 setembro 2024.

Aprovado: 02 dezembro 2024.

DOI: <http://dx.doi.org/10.3895/etr.v9n1.19664>.

Como citar:

GOMIDE, Amanda Ferreira; RICCIOPPO, Thiago; BOVO, Claudia Regina. Educação Patrimonial na formação de professores: um debate sobre a temática no Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. **Ens. Technol. R.**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 122-135, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufpr.edu.br/etr/article/view/19664>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Amanda Ferreira Gomide

Rua Castro Alves, número 203, Bairro Nossa Senhora da Abadia, Uberaba, Minas Gerais, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

